

## A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

*Eduardo Mekitarian\**

### Resumo

*O presente artigo objetiva inserir o leitor no debate sobre o atual desenho da economia mundial, caracterizada pela formação de blocos econômicos. Busca-se discutir a questão através da forma como o Brasil tem se inserido neste contexto a partir da aceleração do processo de abertura da economia e sua integração no Mercosul. Percebe-se que os problemas macroeconômicos dos dois maiores países do Mercosul, o Brasil e a Argentina, tem levado esses países a adotarem políticas econômicas que contrariam os princípios da formação de um mercado comum e dificultado a sua consolidação.*

### Palavras-chave

*Globalização, integração econômica, inserção econômica e Mercosul.*

---

\* Eduardo Mekitarian é graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia São Luís, mestre em Comunicação e Educação pela Universidade Anhembi Morumbi e coordenador do curso de Ciências Econômicas da Faculdade São Luís.

## Introdução

A economia mundial, atualmente, é caracterizada por processos de regionalização e criação de megablocos comerciais que respondem às demandas de produção e consumo, livre comércio e intensificação do fluxo de capitais. Esses processos têm induzido a formação de blocos regionais a partir de três grandes eixos:

- 1) O eixo que compõe a NAFTA (área de livre comércio) composto pelos EUA/ Canadá e México e que pode ser estendido aos países do Caribe e América do Sul, formando a ALCA;
- 2) O eixo da União Européia (união econômica total) composta por 15 países, podendo englobar os países restantes da EFTA e os países do Leste Europeu, formando o Espaço Econômico Europeu (EEE) ou a chamada Europa dos 24;
- 3) O terceiro eixo é composto pelos países da Bacia do Pacífico e Ásia, liderados pelo Japão e China.

O objetivo da formação de tais blocos sempre teve em vista o aumento do comércio entre os países membros do bloco. Para atingir tal meta, os países eliminam as barreiras alfandegárias entre si, reduzem os custos de produção e os preços dos produtos, aumentando o poder de compra dentro do bloco e conseqüentemente o consumo. Para os países menos desenvolvidos é fundamental a preservação de um órgão multilateral de comércio dado que, individualmente, seu poder de barganha às demandas bilaterais com os países desenvolvidos é reduzido.

A maioria dos economistas concorda, basicamente, que a formação desses blocos pode ser encarada sob duas perspectivas. A primeira, é que tais blocos seriam contraditórios com a preservação do sistema liberal e multilateral difundido pelo extinto GATT, e agora pela OMC, uma vez que induziria o predomínio de práticas de comércio protecionistas e intensificaria as tensões comerciais. A segunda, é que esses processos, ao contrário, poderiam ser fatores indutores de maior crescimento do mercado mundial e do liberalismo.

Os efeitos desse processo nos países do Terceiro Mundo são mais relevantes para países como o Brasil que almejam possuir parcelas no mercado mundial. Isso significa implementar regras de harmonização com os mercados dos países desenvolvidos em troca de um eventual acesso mais seguro e ampliado ao mercado dos países desenvolvidos.

Alguns pontos continuam sendo objetos de discussão, porém vêm sendo paulatinamente resolvidos, como a questão das alíquotas das tarifas aduaneiras, uma vez que a média brasileira (cerca de 12,5%) ainda é considerada alta para os padrões dos países de abertura comercial elevada. Outros aspectos precisam ser considerados como a questão que envolve a acusação de *dumping social*, a propriedade intelectual e a questão que envolve as patentes.

A discussão sobre a correta posição brasileira no contexto internacional provoca discussões apaixonadas e pontos de vista conflitantes. Uma vertente, protecionista, defende a utilização de mecanismos protecionistas como o controle de fluxo de capitais, de limitação de capital estrangeiro e da adoção de estratégias de política industrial e comercial. Outra, liberal, entende que o caminho é o do mercado ao qual cabe definir os rumos dessa inserção sem a interferência estatal.

Na Carta de Conjuntura do Corecon-SP (2000), Guimarães, Trotter, Ferreira e dos Santos avaliam objetivamente o Brasil diante da globalização, respectivamente:

- O Brasil aderiu integralmente às regras do novo sistema internacional. Teve seu sucesso econômico e social medido por uma série de equívocos e hoje paga por isso: crescimento do desemprego, da pobreza e da marginalidade, da exclusão social e da violência. Os compromissos junto a OMC e FMI podem dificultar a expansão e diversificação das exportações e barrar o crescimento econômico do país.
- Nossa inserção externa é atabalhoada. Pagamos muito pelo custo da globalização e não usufruímos todos os seus proveitos, além disso, somos vulneráveis à volatilidade dos mercados internacionais.
- Qual a inserção externa adequada? A postura defensiva de controle dos fluxos de capitais, de proteção tarifária ou a postura apologética em que cabe ao mercado definir os rumos de nossa inserção no contexto global? É preciso aprofundar a integração latino-americana.
- Temos que nos colocar à altura do processo de globalização, não para apoiá-lo ou criticá-lo, mas para compreendê-lo.

A inserção internacional do Brasil nos mercados mundiais tomou um novo rumo a partir da década de 70 quando o país mudou o perfil de suas exportações, historicamente centradas num modelo agroexpor-

tador. Graças ao mecanismo das minidesvalorizações cambiais e ao sistema de incentivos e subsídios, os produtos manufaturados passaram a responder pela maior parte da receita de exportação. Comparando os resultados das exportações brasileiras, na década de 70, com os chamados tigres asiáticos, percebe-se um certo nivelamento das receitas de exportação desses países. O Brasil optou por um modelo de industrialização pautado no processo de substituição de importação, enquanto que os Tigres optaram por um modelo de promoção às exportações. Nos dias de hoje, esses países romperam a marca dos US\$ 100 bilhões, ao passo que o Brasil está estagnado na faixa dos US\$ 50 bilhões. Perdemos competitividade e ficamos desatualizados em qualidade. Qual a razão desse atraso?

Nos últimos 30 anos, muitos foram os fatores, tanto de natureza política quanto econômica, que contribuíram para esse resultado. Sem dúvida, o mais importante foi o prolongado fechamento da economia brasileira, muito mais demorado que o necessário para o arranque da industrialização (*O Estado de S. Paulo*, 2000). As empresas brasileiras não sofriam a competição internacional, com o mercado interno protegido pelas mais diversas formas de barreiras em que se destacava a tarifa aduaneira. No Brasil, a tarifa de importação é mais utilizada como medida protecionista (desde o início do processo de substituição de importação) ou como fator de redução de déficits comerciais ou, ainda, retaliatória aos produtores internos — em função da contenção de preços — do que propriamente uma política visando a uma estratégia comercial.

Por outro lado, a reserva de mercado para produtos de informática revelou-se excessiva e inadequada, não produzindo os resultados esperados no campo da absorção tecnológica. Em função da velocidade com que os mercados e a produção interagem (globalização), o grupo dos chamados produtos difusores, cuja fonte de vantagem competitiva é a tecnologia, passou a ter maior importância entre os produtos de exportação nos mercados mundiais. Os setores difusores do progresso técnico foram responsáveis por apenas 5% das exportações totais da indústria brasileira e por 12,6% do seu faturamento (Haguenauer, Lia e col. apud Baumann, 1996). Esses números são pouco significativos e insuficientes para atrair investimentos.

A abertura econômica, no início dos anos 90, deixou claro o atraso qualitativo brasileiro que o Plano Real acabou por tornar perceptível. A

valorização cambial, combinada com uma política monetária destinada a derrubar os preços internos, sacudiu o empresariado brasileiro desacomodado à competição internacional e descuidado quanto à manutenção e conquista de novos mercados. O atraso na modernização industrial e no desenvolvimento de tecnologias mais avançadas o deixou fora dos mercados mais dinâmicos e da disputa da qualidade. Preços internos elevados, produtos de qualidade inferior aos importados e preços de exportação acima do mercado, mostraram-se incompatíveis com a nova realidade. Numa economia protegida e com o câmbio administrado para produzir saldos comerciais, o chamado custo Brasil era muito menos sensível (*O Estado de S. Paulo*, 2000).

A falta de uma política industrial e comercial deixa mais patente tal situação. Poucos foram os setores que responderam e se adequaram a essa nova modelagem interna, em setores de ponta, como a indústria de aviões (privatizada) e setores tradicionais. Outros sofreram fortes revezes com a concorrência como a indústria automotiva, têxteis e calçados e levaram mais tempo para se recompor, à custa de muito sacrifício social. É preciso definir uma meta industrial e comercial e criar mecanismos que privilegiem as exportações.

Estudos mostraram que, a cada dez pontos percentuais que as exportações aumentam, ocorre um aumento de um ponto percentual no PIB do país. Portanto, é fundamental que qualquer política que vise ao crescimento econômico do país tenha, em suas metas, o crescimento das exportações.

### **Antecedentes Históricos da Integração Latino-Americana**

A crise global da década de 1930 fora causada, em grande parte, pelo mau funcionamento da economia internacional: pelas tarifas protetoras e desvalorizações concorrenciais; pelos acordos de comércio bilaterais; pelo acesso restrito às matérias-primas e pelas políticas governamentais autárquicas. O receio de que esses fatos se repetissem ao término da II GM levou a uma série de acordos internacionais que redundaram na criação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Os países que desejavam receber recursos para reconstrução e desenvolvimento, sob essa nova ordem mundial, curvaram-se às exigências

americanas de livre conversibilidade das moedas e da livre concorrência. Segundo Balfour, citado por Kennedy (1991:345), a longo prazo, *a distribuição mais eficiente dos recursos, provocada pelo livre comércio, aumentaria a produtividade geral e com isso aumentaria a capacidade aquisitiva de todos*. No entanto, é preciso considerar, primeiro, que o volume de recursos disponível era insuficiente dada às necessidades de reconstrução dos países e, segundo, que um sistema de *laissez-faire* funciona sempre em benefício do país mais competitivo. A percepção americana do descontentamento social na Europa e da crescente influência soviética estimulou a criação do Plano Marshall<sup>1</sup>, permitindo a liberação dos recursos necessários para o financiamento da renovação industrial do mundo ocidental.

Assim, a economia mundial, após o término da IIGM (1945), experimentou um período de crescimento consistente, originando investimentos na industrialização dos setores tradicionais da indústria (siderurgia, metalurgia e automóveis), abertura de novos setores (eletroeletrônicos, químicos e petroquímicos), aumentando, dessa forma, o comércio mundial de forma significativa. Os dólares exportados pelos EUA retornavam a esse país sob a forma de compra de produtos americanos visto a significativa competitividade dos produtos americanos tanto no preço quanto na qualidade.

O regime cambial fixo adotado em Bretton Woods proporcionou a estabilidade monetária que o comércio mundial necessitava para crescer, consolidando o dólar americano como moeda internacional. A hegemonia monetária dos EUA refletia o relacionamento político entre esse país e a Europa. A necessidade de dólares por parte de outras nações permitiu que as empresas americanas se instalassem em outros países, introduzindo o que se designou como a era da empresa multinacional americana. Os dólares saíam dos EUA, basicamente, de três fontes: os investimentos estrangeiros de grandes firmas multinacionais, os gastos militares e a assistência estrangeira do governo americano. A crescente influência política e monetária dos EUA permitiram a esse país instalar seu poderio militar em vários países, consolidando-o como potência hegemônica do mundo capitalista.

---

1. Programa de ajuda dos Estados Unidos à Europa, posto em prática entre 1948 e 1952.

Os compromissos assumidos pelos EUA, em sua maior parte, foram uma reação aos acontecimentos provocados pelo desdobramento da Guerra Fria. Uma grande parte da política internacional iria preocupar-se com o ajustamento à rivalidade soviético-americana, ou seja, à bipolaridade de poder organizada em torno dessas duas superpotências, materializando-se em esferas de influências antagônicas: o Oeste e o Leste. Por outro lado, surgia outro conflito, Norte e Sul, derivado das disparidades de desenvolvimento e industrialização entre a Europa, a América do Norte e o Japão, de um lado, e a América Latina, a África e a Ásia Meridional, de outro.

A criação da Comunidade Européia, através do Tratado de Roma de 1957, resultou, em grande medida, da Guerra Fria e da hegemonia política e econômica dos EUA sobre a Europa Ocidental. Essa integração econômica serviu, em grande parte, de instrumento de reerguimento dos países da Europa Ocidental, visando diminuir sua dependência dos EUA e incrementar o comércio nessa região.

Economicamente, a integração regional visa ampliar o potencial produtor e consumidor de uma região ao gerar economias de escala, beneficiando a produção ao reduzir seus custos e, conseqüentemente, os preços dos produtos. Geopoliticamente, conduz à concentração e ampliação do crescimento, aumentando o poder de barganha do bloco. Foi nesse ambiente que se promoveu a primeira tentativa de integração na América Latina com a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio — ALALC. Criada pelo Tratado de Montevidéu, em 1960, refletia o percurso de industrialização das principais economias do continente sob a égide do modelo cepalino de desenvolvimento.

A discussão sobre a integração latino-americana remonta à proposta de uma união da América formulada por Simon Bolívar (1810)<sup>2</sup>, de enorme cunho político, à qual somaram-se outras entre a segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX mais voltadas para os aspectos socioculturais da América Latina. Somente a partir do pós-guerra (IIGM) é que as propostas de união latino-americana assumem o caráter de uma integração econômica, principalmente após a criação,

---

2. Na edição de 05/09/1810 do periódico inglês *The Morning Chronicle* aparece um de seus primeiros reptos para que os povos da América Latina se unissem em confederação para defender e assegurar a liberdade e a independência. In *Seitenfus e de Boni, 1990, p. 34.*

em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL — principal incentivadora destes movimentos — e estende-se até hoje.

A CEPAL, tendo Raul Prebisch à frente, desenvolveu a corrente de pensamento econômico conhecida como teoria do desenvolvimento que visava tirar a América Latina da dependência externa e do atraso tecnológico. Tal perfil exigia mudanças institucionais e um novo modelo econômico que levasse à expansão do comércio e ao estabelecimento de uma estrutura diversificada de produção que incorporasse o progresso técnico e os altos índices de produtividade da indústria moderna. A demanda de produção deveria ultrapassar os limites dos mercados nacionais e tornar possível o aumento das correntes de importações. Esse quadro tornava imprescindível a ampliação dos mercados nacionais através da criação do mercado regional latino-americano sem o qual seria impossível desenvolver um complexo industrial capaz de produzir os bens de capital e os bens intermediários que a América Latina necessitava.

O primeiro passo para essa integração foi dado com a criação, em 1955, do Comitê de Comércio, no qual se estabeleceram dois grupos de trabalho: um sobre o estabelecimento gradual de um sistema multilateral de pagamentos e, outro, para definir as características do mercado regional. Segundo Seitenfus e De Boni (1990), entre 1956 e 1959, a formação de um mercado comum latino-americano ocupou parte substancial dos estudos e da preocupação da CEPAL através do seu Comitê de Comércio. Paralelamente a esses estudos formou-se um grupo de especialistas em política comercial da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai com o objetivo de elaborar um programa de liberalização comercial dentro da área.

Após a realização das conferências intergovernamentais em setembro de 1959 e fevereiro de 1960, já com a participação da Bolívia, do Paraguai e do Peru, foi estabelecida uma zona de livre comércio e instituída a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a ALALC. O tratado definitivo foi assinado em Montevidéu no dia 18 de fevereiro de 1960 pelos delegados da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.<sup>3</sup>

---

3. Aderiram, posteriormente, a Colômbia e o Equador (1961), a Venezuela (1966) e a Bolívia que, embora tenha participado das negociações, aderiu somente em 1967. No mesmo espírito da ALALC nasceram o Mercado Comum Centro-Americano, em 1960, e o Pacto Andino em 1967.

A ALALC tinha por objetivo básico a ampliação do comércio regional e dos mercados nacionais através da eliminação gradual das barreiras ao comércio intra-regional, em um prazo inicialmente estipulado em 12 anos. Supunha-se que até 1973 a área estaria estabelecida, porém, dado às dificuldades de programa de liberalização alfandegária, foi assinado, em dezembro de 1969, o Protocolo de Caracas, que postergou a data final para 31 de dezembro de 1980.

Os problemas enfrentados pela ALALC ligavam-se às suas próprias raízes, em parte pelo desinteresse político dos Estados Membros — originário de diversos fatores e especialmente agravado a partir da década de 1970 — e, em parte, fruto da ineficiência dos mecanismos escolhidos que se revelaram inadequados aos reais problemas da região e inoperantes no sentido de incrementar as relações comerciais entre os países-membros.

A tentativa de reverter essa tendência de esvaziamento da ALALC ficou clara com a celebração, em 1980, de um novo tratado que transformou a organização em Associação Latino-Americana de Integração — ALADI. Algumas mudanças foram introduzidas relativamente aos objetivos e aos mecanismos da associação, dando-se prioridade a uma zona de preferências tarifárias regionais e a permissão aos Estados Membros celebrarem acordos bilaterais de complementação econômica, o que se constituía num claro desvio do multilateralismo dentro da ALADI.

Apesar do empenho político dos governos dos países-membros, os resultados produzidos em mais de uma década de existência da ALADI não se aproximaram dos objetivos pretendidos. As razões de mais um fracasso na tentativa de uma plena liberalização dos comércios regionais deveram-se à conjuntura recessiva dos anos 80 em função da forte crise cambial mundial, agravada pelo problema da dívida externa dos três países de maior peso dentro do bloco: Argentina, Brasil e México. No entanto, a celebração de acordos bilaterais representou importante passo para a integração, pois foram acordos dessa espécie que se constituíram nos antecedentes do Tratado de Assunção, de março de 1991, que definiu os parâmetros básicos do Mercosul. Foram signatários desse Tratado a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai.

O cenário econômico mundial da década de 90 era bem diverso da década de 50, que originou as primeiras tentativas de integração econômica. Nos últimos 10 anos ocorreu uma verdadeira revolução nos

processos de produção e nas formas de comercialização dos produtos e serviços. No início das negociações da Rodada Uruguaí do GATT, em 1986, visualizava-se um cenário em que o comércio mundial era fragmentado, pois poucos países subscreviam o próprio Acordo Geral, abalando a confiança no multilateralismo. Nos anos que precederam a Rodada, percebeu-se uma mudança significativa nas relações comerciais mundiais, embora plena de contenciosos, mas que redundaram na concretização de uma velha aspiração mundial, a criação da Organização Mundial do Comércio, órgão que substituiu o GATT.

Os países desenvolvidos reduziram as tarifas médias dos produtos industrializados além de uma redução gradual das barreiras sobre esses produtos. O segmento agrícola também vem passando por modificações com as reduções dos subsídios domésticos e a conversão de barreiras não-tarifárias, antes existentes, em tarifas. Por sua vez, os países em desenvolvimento abandonaram a política de substituição de importação pelo próprio processo de exaustão da mesma, assim como, reduziram significativamente as barreiras às importações. A iniciativa desses países em reformar suas respectivas políticas econômicas e de comércio, não só incorporou-os plenamente ao sistema de comércio, como os transformou em parceiros relevantes desse processo.

### **O Mercosul**

O Mercosul é mais uma tentativa de integração econômica dos países do Cone Sul com uma configuração mais ousada que as tentativas anteriores de integração regional que teve início nos anos 60 com a criação da ALALC e Pacto Andino e, posteriormente, a ALADI, em 1980. Apesar dos fracassos das tentativas anteriores, os governos do Brasil e Argentina formalizaram, em 1986, a assinatura de doze protocolos, visando a uma integração setorial. Em 1988, o Tratado de Integração Brasil-Argentina ratificou os protocolos anteriores e estabeleceu como objetivo a criação de uma União Aduaneira. Em março de 1991, os presidentes do Brasil, Argentina, Uruguaí e Paraguai assinaram um acordo visando à criação de um Mercado Comum integrado por seus respectivos países, o Mercosul.

Trata-se de um processo que pressupõe a formação inicial de uma Zona de Livre Comércio, para num segundo estágio formar uma União Aduaneira e, num último, a formação de um Mercado Comum. A

concretização dessas etapas obedece a um calendário previamente acordado entre os países-membros. Assim sendo, os elementos constitutivos desse processo incluem:

- a livre circulação de bens, serviços e demais fatores produtivos;
- a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros países e/ou blocos econômicos;
- a harmonização das políticas econômicas dos países membros.

O objetivo dos governos dos quatro países é, desde o início da criação do bloco, a busca do crescimento econômico conjunto e a modernização industrial, o que pressupõe uma abertura maior das economias com o aumento da competição nos mercados que vise a uma atualização tecnológica e produtiva.

Politicamente, a década de 90 caracterizou-se, nesses países, pela consolidação do regime democrático, economicamente, pela busca incessante da estabilidade econômica. As metas econômicas traçadas por esses países têm levado, notadamente a Argentina e o Brasil, a adotarem políticas macroeconômicas de enorme repercussão nas relações comerciais dos países membros do Mercosul, algumas delas de cunho protecionista, num claro desvio do comércio dentro dos blocos.

Na verdade, os problemas internos dos países, notadamente o Brasil e a Argentina, sobrepõem-se aos interesses do bloco sem que nenhum deles abra mão de parte de sua soberania que tenha como fim a harmonia macroeconômica dos países-membros. Percebe-se, então, que em função dos desajustes macroeconômicos nesses países, contrariando os pressupostos da formação de um mercado comum, a tarifa média de importação tanto no Brasil quanto na Argentina tem aumentado. De acordo com Krugman e Obstfeld (1999:248):

*A administração de uma área de livre comércio que não seja uma união aduaneira exige não apenas que os países continuem verificando os produtos na fronteira, mas, também, que seja elaborado um conjunto de regras de origem que determinem se o bem é passível de cruzar a fronteira sem pagar a tarifa. Como resultado, os acordos de livre comércio impõem uma quantidade de exigências que podem significar um obstáculo ao comércio mesmo quando ele é, em princípio, livre.*

O avanço do Mercosul no âmbito comercial foi significativo e os dados assim o comprovam. Esse avanço, no entanto, começa agora a ser

fortemente colocado em risco em função da oscilação das paridades cambiais entre o peso argentino e real brasileiro. O Plano Real inaugurou uma nova fase de inserção internacional do Brasil pautado, principalmente, numa abertura mais agressiva da economia e na adoção do sistema de bandas cambiais — uma variante do sistema cambial fixo — em que a taxa de câmbio flutua entre dois limites estreitos estabelecidos pela autoridade monetária, o Banco Central. A adoção desse sistema cambial levou à valorização da moeda nacional e a um maior equilíbrio comercial entre os países.

Do lado argentino, adotou-se o sistema de *currency board*, em que a autoridade monetária — o Conselho da Moeda — fixa uma paridade entre a moeda nacional (o peso argentino) e o dólar americano, e a partir daí, garante a conversibilidade da moeda nacional na moeda estrangeira. A existência de lastro na moeda estrangeira, nesse caso, se faz necessário em virtude de lei que exige que para cada peso emitido tenha o correspondente lastro em dólares americanos. Essa situação pressupõe a necessidade de superávits comerciais a fim de que a economia Argentina não fique dependente do fluxo de capital externo e agrave ainda mais o passivo externo do país.

Não se pode negar que a adoção desses sistemas cambiais contribuiu para a estabilidade econômica interna nos dois países. Tanto o Brasil quanto a Argentina conseguiram estabilizar a moeda nacional e, praticamente, eliminar a inflação. No entanto, as crises internacionais, como a da Ásia, em 1997, a da Rússia, em 1998, repercutiram fortemente nos dois países e provocaram a adoção de medidas que desestabilizaram o Mercosul.

No Brasil, o aumento da taxa de juros interna e a mudança do regime cambial alteraram as relações comerciais entre os dois países. Já não era mais possível continuar com o regime de bandas cambiais (fixo) porque a excessiva valorização de nossa moeda produzia sucessivos déficits comerciais, agravando o resultado em transações correntes e contribuindo para o aumento do passivo externo líquido do país. Para equilibrar o balanço de pagamentos do paísurgia aumentar o fluxo de capitais externos para o Brasil via aumento da taxa de juros interna. A implicação desse aumento produzia efeitos danosos no sistema produtivo do país e repercutia na formação de preços de produtos essenciais à economia.

A mudança do regime cambial levou a uma forte desvalorização do real, que minimizou os efeitos do déficit comercial, porém não o eliminou (como muitos esperavam), abrindo espaço para a redução de juros, o que ocorreu de forma gradual. Esse novo desenho de variáveis macroeconômicas tão importantes como o câmbio e os juros, tornou a economia melhor preparada para se defender de novas crises internacionais sem haver perda significativa de nossas reservas e elevar substancialmente os juros. Essas mudanças alteraram a relação de comércio no âmbito do Mercosul, reduzindo o superávit argentino em relação ao Brasil.

No início da década de 90, o atual ministro da economia argentino colocou em prática um sistema monetário chamado *currency board* a que já nos referimos. A economia Argentina cresceu até 98, mas passou a retrair-se a partir de então. Essa queda no nível da atividade econômica levou a uma taxa de desemprego em torno de 16% e agravou o déficit orçamentário.

Uma economia deprimida significa baixa arrecadação, tornando difícil cortar gastos ou aumentar impostos, assim como é difícil convencer os dirigentes que a situação será superada quando na verdade a economia está encolhendo (Krugman, 2001). Se, de um lado, o regime monetário argentino eliminou a inflação, do outro, este sistema não permitiu a condução de uma política monetária independente e flexível de modo a se defender da perda de competitividade externa. Este engessamento da economia levou as autoridades monetárias a criarem uma taxa de câmbio para o comércio baseada na média entre as taxas do dólar americano e o euro europeu, que não surtiu o efeito esperado.

A Argentina se vê diante de um impasse. Se alterar a paridade monetária, desvalorizando sua moeda, significará abandonar o atual sistema e recuperar a competitividade externa, porém agravará a situação econômica do país uma vez que a maior parte da dívida do setor privado é em dólares. Alguma decisão terá de ser tomada. Fala-se em moratória sem desvalorização, quando, na minha opinião, o menos danoso seria o inverso. Vimos o efeito da moratória no Brasil e seus reflexos na economia brasileira; dessa forma, não a recomendamos aos argentinos.

*Há dois anos, o Brasil viu-se forçado a fazer uma desvalorização que levaria o país à ruína econômica, na opinião de muita gente. Não levou. Odeio sugerir que a Argentina deveria imitar*

*o Brasil, mas ela está rapidamente ficando sem opção* (Krugman, 2001:B2).

### Considerações Finais

Qual o futuro do Mercosul? O Mercosul está longe de se consolidar, como muitos pensam. Vimos que o problema macroeconômico dos dois maiores países do bloco impede o crescimento do Mercosul. Do jeito que está, as transações comerciais entre os países componentes do bloco não deixam margem para um avanço, o que pode ocorrer somente com um aumento do número de países participantes. Inclusão de países como a Bolívia, Chile e outros são condição para a manutenção do bloco e revisão de suas metas. A verdade é que: i) não se constrói um mercado comum em dez ou quinze anos (a Europa que o diga); ii) a desigualdade econômica entre os países membros do Mercosul é muito grande<sup>4</sup>; iii) os países não conseguem estabelecer uma tarifa externa comum (ao contrário, sempre a utilizam como fator protecionista) e iv) o Brasil não pode nem deve se arvorar na economia-mãe das demais economias do bloco.

As medidas adotadas pela Argentina e a fala antipática ao Brasil de seu ministro da economia, o senhor Cavallo, indica um retrocesso nas relações entre esses países. Antes de culpar o Brasil por suas mazelas, a Argentina devia ver no nosso país um aliado para se recuperar da crise que a aflige. Implodir o Mercosul também não deve ser a saída, porque é mais fácil negociar futuros acordos em bloco, do que individualmente. A futura formação da ALCA e a negociação com a União Européia assim o mostram. Afinal, não se pode desprezar um PIB que em conjunto atinge um trilhão de dólares, mesmo que 60% desse PIB pertença ao Brasil.

Ao que me parece, o erro vem do próprio princípio da formação do Mercosul, ou seja, as tentativas anteriores (fracassadas) de integração latino-americana deveriam servir de base para que o Mercosul não passasse de uma área de livre comércio e não um mercado comum como se supõe. Não só o Brasil e a Argentina vivem jogando com as tarifas. Recentemente, até o Uruguai apelou, aumentando em 3% as tarifas de

---

4. A integração entre economias similares é mais viável quando os países são estruturalmente homogêneos e com os mesmos níveis de desenvolvimento.

todas as importações, incluindo as de produtos do Mercosul. Essa tarifa elimina o princípio de união aduaneira entre os países membros do bloco. Se os países não conseguem estabelecer uma tarifa externa comum, como vão operar o livre trânsito dos demais fatores de produção? Afinal, se os países se mostram incapazes de resolver os seus problemas internos, como poderão harmonizar suas políticas econômicas no âmbito de um mercado comum?

### Bibliografia

- BAUMANN, R. (org.), (1996). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus: Sobeet.
- BEÇAK, P. (2000). *Mercosul: uma experiência de integração regional*. São Paulo: Contexto.
- CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA — SP. (1990). *A Inserção Internacional do Brasil nos anos 90*. São Paulo: Seade.
- \_\_\_\_\_. (2000). *O Brasil diante da Globalização*. Carta de Conjuntura. São Paulo, nº 171, maio.
- KENNEDY, P. (1991). *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- KRUGMAN, P. e Obstfeld, M. (1999). *Economia Internacional — Teoria e Política*. São Paulo: Makron Books.
- \_\_\_\_\_. Uma Tragédia Latina. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 16/07/2001, p. B2.
- SEITENFUS, V. M. P. e De Boni, L. A. (coord.). (1990). *Temas de Integração Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes.
- VELLOSO, J. P. dos R. e Martins, L. (coord.). (1993). *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- WACHTEL, H. M. (1988). *Os Mandarins do Dinheiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.